



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Apelação n. 329.074-8**

Apelante: Jesus Ferreira Cavalcanti

Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVT S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** CIVIL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/76 COM ALTERAÇÃO DA LEI 11.459/2009. DOCUMENTOS DO AUTOR E PERÍCIA JUDICIAL. DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO SUPERIOR DE NATUREZA MÉDIA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA ACRESCIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA RÉ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A regra em vigor à época é a Lei nº 6.194/74, com as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "tempus regit actum".
2. Documentos dão conta da existência de lesão permanente, parcial e incompleta do membro superior de natureza média.
3. De acordo com a tabela anexa a Lei n. 11.945/2009, a lesão do membro superior representa 70% do teto indenizável. Entretanto, há de ser procedido um enquadramento da repercussão da invalidez permanente de natureza média (50%), com fundamento no atual art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74.
4. Existência de verba indenizatória a ser complementada no valor de R\$ 1.687,50, acrescida de correção monetária, desde o evento danoso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.
5. Tendo em vista o resultado da demanda, deve a ré arcar com as custas e honorários advocatícios no valor de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20 § 3º do CPC.
6. Recurso parcialmente provido.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Apelação n. 329.074-8 em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em **dar parcial provimento** ao Recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Apelação n. 329.074-8**

Apelante: Jesus Ferreira Cavalcanti

Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVT S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

**Jesus Ferreira** ajuizou ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT contra a **Seguradora Líder**, buscando o complemento da indenização securitária no valor de R\$ 10.462,50 para atingir o teto máximo indenizável, em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 20/1/2011.

No momento cuido de apelação cível interposta por **Jesus Ferreira** contra sentença prolatada pelo juízo da Vara Única de Flores.

**Sentença (fls. 134/138):** julgou **improcedente** o pedido de complementação porquanto o acervo probatório dos autos não permite aferir o pagamento complementar do prêmio do seguro DPVAT para a conquista do teto máximo indenizável.

**Apelação (fls. 141/153): sem preliminares. No mérito,** alega ter o laudo médico atestado ter o autor sofrido lesões torácicas e no membro superior, causando limitações funcionais de forma parcial, incompleta e de repercussão média. Defende ser devida a complementação R\$ 8.437,50 para atingir o valor máximo indenizável.

**Sem Contrarrazões,** conforme certidão às fls. 158.

O cerne da questão gira em saber se o apelante tem direito ou não a complementação da indenização, por suposta invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito.

É o relatório. Sem revisor por ser rito sumário. Peço pauta.

Recife. 8.5.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Apelação n. 329.074-8**

Apelante: Jesus Ferreira Cavalcanti

Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVT S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Para a fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessário verificar o grau de invalidez da vítima, se é total ou parcial, e, neste último caso, apurar qual o percentual do dano causado ao autor.

A Lei nº 6.194/74 diferencia o grau de invalidez ao dispor que, em caso de invalidez permanente, o valor indenizatório a ser alcançado corresponderá a até quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país ou **até R\$. 13.500,00.**

Essa questão, inclusive, já se encontra sumulada pelo STJ. Confira, *in verbis*:

**"Súmula 474/STJ: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em **20/1/2011**. A regra em vigor àquela época é, portanto, a Lei nº 6.194/74, com as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "*tempus regit actum*".

**Assim, de acordo com a Lei vigente à época do sinistro, a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de até R\$ 13.500,00.**

O autor juntou documentos médicos do Hospital Agamenon Magalhães (fls. 22/24), relatório de médico particular (fl. 21), os quais demonstram a ocorrência de trauma intercostal e de punho esquerdo.

Laudo do perito judicial (fls. 120/121) atesta a invalidez permanente parcial e incompleta do antebraço esquerdo.

Pois bem. Em que pese a ocorrência de fraturas nos arcos intercostais e de punho, conclui-se pelo laudo pericial e os demais documentos ter o apelante apresentado invalidez permanente no antebraço esquerdo (membro superior) com repercussão média.

Quanto à debilidade permanente, de acordo com a tabela anexa a Lei n. 11.945/2009, a lesão do membro superior representa 70% do teto indenizável, perfazendo o valor de R\$ 9.450,00.

**Entretanto, há de ser procedido um enquadramento da repercussão da invalidez permanente, com fundamento no atual art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 e pela avaliação pericial a repercussão foi média, equivalente a um comprometimento de 50%.**

Assim, o percentual de 50% deve ser calculado sobre R\$ 9.450,00, perfazendo como valor devido o valor de R\$ 4.725,00. Contudo, deduz-se R\$ 3.037,50, valor já recebido pelo autor na esfera administrativa (fl. 20).

**Logo, a sentença deve ser reformada para condenar a apelada/ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 1.687,50.**

Sobre esse valor deve ser acrescida correção monetária, desde o evento danoso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

Tendo em vista o resultado da demanda, deve a ré arcar com as custas e honorários advocatícios no valor de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20 § 3º do CPC.

Por essas razões, voto pelo **provimento parcial** da apelação.

Recife, 18.6.17

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator